

# direito financeiro

→ **conceito:** é o ramo do direito público que estuda as finanças do Estado em sua estreita relação com sua atividade financeira.

É um conjunto de regras e princípios que estuda a atividade financeira do Estado, composta pela receita, despesa, orçamento e crédito público.

Podemos conceituar a atividade financeira do Estado como sendo a atuação estatal voltada para obter, gerir e aplicar os recursos financeiros necessários à consecução das finalidades do Estado que, em última análise, se resumem na realização do bem comum.

▶ **sempre será:** norma de direito positivo que regula a atividade financeira do Estado.

## → atividade financeira do estado:

▶ **Estado:** deve atender as necessidades públicas da sociedade.

↳ entende-se por necessidades públicas tudo aquilo que incumbe ao Estado prestar, em decorrência de uma decisão política, inserida em norma jurídica específica.

A atividade financeira do Estado é a procura por meios para satisfazer às necessidades públicas que se dá por intermédio de: receitas públicas, despesas públicas, orçamento público e crédito público.

▶ **Obter recursos:** receitas públicas

▶ **gerir e planejar aplicação:** orç. público

▶ **criar crédito:** endividamento

▶ **despender de recursos:** despesa pública

→ **Autonomia do D. Financeiro:** possui um sistema próprio de princípios e normas, os quais justificam seu estudo com base no D. Tributário, tendo em vista que o direito financeiro estuda a atividade financeira do Estado.

## → fontes do d. financeiro:

▶ **fontes formais:**

- **instrumentos primários:** a lei e os estatutos normativos que têm força de lei.

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

- a) CF
- b) Leis complementares
- c) Leis ordinárias
- d) Leis Delegadas
- e) Medida provisória

- instrumentos secundários:

- a) decretos
- b) resoluções
- c) atos normativos
- d) decisões administrativas
- e) decisões judiciais

► fontes materiais: atividade pré-normativa que auxilia o direito financeiro com dados da economia, dos indicadores sociais, entre outros, que vinculam o direito financeiro à realidade econômica brasileira.